

RESUMO DE OPINIÃO

# PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE GOVERNANÇA E SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: LIÇÕES FEMINISTAS DOS SISTEMAS ALIMENTARES URBANOS DO BRASIL

JANEIRO 2025

# SUMÁRIO

---

|                                                                                                                        |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                 | <b>3</b>  |
| <b>NOVOS PARADIGMAS, PRODUÇÃO DO VIVER E SOBERANIA ALIMENTAR.....</b>                                                  | <b>5</b>  |
| A PRODUÇÃO DO VIVER E A SOBERANIA ALIMENTAR .....                                                                      | 5         |
| AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINA E A AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA.....                                                  | 6         |
| POLÍTICAS ESTRUTURANTES DA AGENDA FEMINISTA E POLÍTICAS SENSÍVEIS AO RECORTE DE GÊNERO.....                            | 7         |
| <b>PROTAGONISMO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS ALIMENTARES - EXEMPLOS NACIONAIS E MUNICIPAIS.....</b>                      | <b>8</b>  |
| MARCHA DAS MARGARIDAS - RUMO À SOBERANIA ALIMENTAR E AO PROTAGONISMO DAS MULHERES ENQUANTO SUJEITAS DAS POLÍTICAS..... | 8         |
| PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - SENSÍVEL AO RECORTE DE GÊNERO, RUMO À GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....      | 9         |
| POLÍTICAS ALIMENTARES URBANAS E GÊNERO - EXEMPLOS NAS CIDADES.....                                                     | 10        |
| <b>REFLEXÃO - POLÍTICAS ALIMENTARES, GOVERNANÇA E GÊNERO.....</b>                                                      | <b>12</b> |
| <b>CONCLUSÕES.....</b>                                                                                                 | <b>14</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                | <b>16</b> |

---

# PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE GOVERNANÇA E SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: LIÇÕES FEMINISTAS DOS SISTEMAS ALIMENTARES URBANOS DO BRASIL

**Mónica Guerra da Rocha**<sup>1</sup> - Universidade de Coimbra, Instituto Comida do Amanhã

**Tárzia Medeiros**<sup>2</sup> - Instituto Comida do Amanhã

**Matheus Alves Zanella**<sup>3</sup> - Global Alliance for the Future of Food

## INTRODUÇÃO

A pretensão deste texto é de contribuir para uma análise crítica e uma reflexão possível, sob uma ótica feminista e no contexto brasileiro, acerca das políticas públicas alimentares nos contextos urbanos e periurbanos, averiguando se reproduzem estruturas de divisão do trabalho produtivo e reprodutivo referenciados no patriarcado, e apontando possibilidades de estas serem forjadas dentro de um recorte feminista, dentro dos debates feministas da América Latina.

As mais recentes considerações e proposições acerca da garantia de segurança e soberania alimentar, e os desafios do seu alcance, têm dedicado uma atenção crescente a análises interseccionais para identificar os sujeitos e as condições multifatoriais que envolvem os sistemas alimentares. Existem pelo menos duas razões principais para se fazer estes recortes interseccionais. A primeira delas se deve à constatação da desigualdade de gênero, renda e raça nos indicadores mundiais de segurança alimentar e nutricional (SAN). A segunda, é a constatação do papel essencial desempenhado por aquelas que mais têm dificuldade em garantir o direito pleno à alimentação saudável e adequada - mulheres, negras, pobres e periféricas - na garantia da segurança alimentar e nutricional dentro das estruturas patriarcais dos sistemas alimentares

Esse paradoxo acontece em maior ou menor grau por todo o mundo. No caso do Brasil, as mulheres negras são as mais afetadas pela pobreza e pela fome, segundo pesquisa da VIGISAN divulgada em 2022 (1). Ao mesmo tempo, elas são as principais envolvidas nas atividades de trabalho reprodutivo e produtivo nos núcleos familiares e comunitários, garantindo as condições mínimas de sobrevivência e o alimento.

<sup>1</sup> Arquiteta, mestre em planejamento e gestão urbana e doutoranda em sociologia / cidades e culturas urbanas pela Universidade de Coimbra, com bolsa atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Co-fundadora do Instituto Comida do Amanhã.

<sup>2</sup> Advogada com experiência na coordenação de execução de políticas públicas de justiça hídrica e segurança alimentar no semiárido brasileiro. É assessora de políticas públicas no Instituto Comida do Amanhã.

<sup>3</sup> Internacionalista, pesquisador em sistemas alimentares, doutor em Geografia e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Berna, Suíça. Consultor da Aliança Global para o Futuro da Alimentação (Global Alliance for the Future of Food).

Este texto procura contribuir para o aprofundamento do debate sobre as intersecções entre sistemas alimentares e gênero, a partir de uma reflexão que alarga a perspectiva crítica acerca de abordagens distintas sob essa lente. Insere-se no conjunto de materiais que vêm procurando avançar e qualificar a perspectiva de gênero sobre as políticas públicas e a transformação dos sistemas alimentares, algo que tem sido pontuado em diversos relatórios, mas que ainda carece de uma revisão mais aprofundada, sistêmica e com base em experiências práticas sobre possibilidades de implementar o recorte feminista no desenho das políticas públicas alimentares. Essa contribuição se torna cada vez mais valiosa considerando que, apesar de os principais relatórios internacionais que embasam a tomada de decisão das políticas alimentares terem inserido considerações do recorte de gênero nas suas análises, ainda não há um enfoque dedicado ao aprofundamento crítico do nexo política alimentar - debate feminista e recorte de gênero. A título de exemplo, o último relatório do Painel de Alto Nível de Especialistas (HLPE)<sup>4</sup> aponta a importância da agricultura urbana e periurbana, assim como a diversidade representativa na governança municipal, como sendo elementos essenciais para fazer avançar as iniciativas de políticas alimentares. Porém, não identifica especificamente as lacunas na participação das mulheres nos mecanismos e ferramentas de diagnóstico, execução e monitoramento, nem traz exemplos de como essas lacunas podem ser (e têm sido) superadas em alguns contextos locais e nacionais.

Este texto parte da experiência e do trabalho conduzido com políticas alimentares no contexto do Brasil e dos municípios brasileiros, e não representa uma pesquisa exaustiva do tema, mas uma indicação de para onde devem convergir futuras investigações. O Brasil tem um histórico de estruturação e implementação de políticas alimentares com impacto reconhecido internacionalmente. No momento de desenvolvimento deste texto, o Brasil ocupa o lugar de presidência do G20, onde colocou como uma de suas prioridades o combate à fome e à pobreza, fortalecendo seu lugar de protagonista na agenda alimentar global.

Ao fazer essa reflexão a partir do contexto brasileiro e fundado, em grande parte, numa teoria feminista latinoamericana, constrói-se o argumento balizador de um cenário onde as políticas alimentares logram êxito e reconhecimento na luta pela garantia da segurança alimentar e nutricional. Isso deve ser reconhecido, em primeiro lugar, como uma conquista de décadas que agora nos permite visualizar processos de tomada de decisão que ainda podem encontrar espaço para serem mais inclusivos e atentos aos debates promovidos a partir dos movimentos sociais feministas e da organização política das mulheres em busca da garantia da soberania alimentar para as suas comunidades, e de fortalecimento do seu papel como sujeitos da política, parte decisiva nas fases de diagnóstico, desenho, implementação e monitoramento.

<sup>4</sup> O HLPE é um órgão auxiliar nos trabalhos do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da ONU, que lança anualmente um relatório de análises técnicas e recomendações de política pública sobre temas diferenciados. No ano de 2023, o tema eleito foi o dos sistemas alimentares urbanos e periurbanos e o contexto da crescente urbanização mundial.

# NOVOS PARADIGMAS, PRODUÇÃO DO VIVER E SOBERANIA ALIMENTAR

## A PRODUÇÃO DO VIVER E A SOBERANIA ALIMENTAR

O feminismo latinoamericano, apontado nas reflexões de Gonzalez (2), tem contribuído enormemente para a análise das dimensões estruturantes da conquista da autonomia e da busca por igualdade a partir da organização coletiva das mulheres e sua liderança nos territórios, demonstrando o seu papel central na produção do viver e do trabalho do cuidado, tanto nas comunidades rurais como nas áreas periféricas urbanas. Além de escrutinar causas estruturais e identificar processos colocados em prática pelas mulheres, a construção teórica e proposta material do feminismo latinoamericano têm também apontado alternativas ao modelo hegemônico de base patriarcal e capitalista. A economia feminista, segundo Quintela (3), bebe na fonte deste feminismo e vem se dedicando, há mais de 20 anos, a questionar a cristalização dos papéis de gênero e desvalorização de todo o trabalho socialmente determinado como sendo feminino, estudando e mensurando toda a produção de riqueza e a renda, muitas vezes não-monetária, que advém do trabalho das mulheres e que é invisibilizado pela divisão sexual do trabalho na sociedade.

Segundo Vandana Shiva (4), a relação das mulheres com os bens comuns da natureza se dá pela forma como elas produzem o alimento e todas as condições para a sobrevivência dos núcleos familiares, dos seus filhos e da comunidade no seu entorno por meio de sua relação com os bens comuns da natureza. Como constatado por Julieta Paredes (5) quando analisa o feminismo comunitário, isto faz com que assumam também protagonismo na defesa destes territórios e de tudo que diz respeito ao bem-viver nestas comunidades, sendo reconhecidas como lideranças e às vezes sofrendo ameaças.

A partir deste trabalho e da produção feita pelas mulheres, é possível identificar na prática a diferenciação qualitativa entre o que é denominado de segurança alimentar do que é a soberania alimentar, termo este cunhado pela Vía Campesina (6) e definido essencialmente enquanto a autonomia e poder de decisão dos povos para escolher qual alimento produzir e consumir, em sintonia com a cultura alimentar e a agroecologia.



Foto: Arquivo / MDA



Foto: Acervo LUPPA / Juliana Rossini

## AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINA E A AGROECOLOGIA COMO PARADIGMA

Desde algumas décadas, quando o cenário mundial da insegurança alimentar e nutricional e suas causas começou a ser conhecido e pesquisado de forma mais aprofundada e sistemática, passou-se a verificar também quais são os mecanismos e sujeitos envolvidos na produção e no acesso aos alimentos, cujos dados podem ser mais conhecidos por meio do relatório O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo (SOFI) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (7). A agricultura familiar é fundamental para garantir a segurança alimentar do Brasil e desempenha um papel importante nas economias rurais e nas práticas gerais de produção. Embora não seja consensual qual a contribuição total da agricultura familiar de pequeno porte para o consumo total de alimentos dos brasileiros, reconhece-se que a agricultura familiar desempenha um papel importante na garantia da segurança alimentar no país. Essa contribuição resulta de seu papel direto na produção de alimentos para consumo, mas também do papel da agricultura familiar na garantia da subsistência da população rural. De acordo com o IBGE, de todas as unidades de produção do país, 76,8% são de agricultores familiares (15), compreendendo 67% de todos os produtores rurais ativos (16). No entanto, as práticas de agricultura familiar usam apenas 23% de toda a terra produtiva, com o agronegócio de grande escala (orientado principalmente para a produção de commodities) concentrando a maior parte da propriedade da terra (15). Nesse ponto vale um aprofundamento acerca do modelo produtivo proposto pela agroecologia, que não sendo o modelo predominante no Brasil, apresenta-se enquanto alternativa orientada à conquista da soberania alimentar.

A agroecologia, segundo Miguel Altieri (9), surgiu como um contraponto ao sistema produtivo dominante, forjado na Revolução Verde e que se mostrou socialmente excludente e ambientalmente insustentável, negando o acesso pleno da população aos alimentos e aos bens comuns da natureza necessários à sua produção. A agroecologia consolidou a defesa do paradigma da soberania alimentar, compreendido como o direito humano de acessar alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentável, posicionando as pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional no centro das políticas alimentares.

A prática e experiência agroecológica, em contextos rurais ou urbanos (ou no contínuo urbano-rural) tem se demonstrado capaz de apontar possibilidades materiais e políticas do exercício da soberania alimentar e da transformação paradigmática dos modelos de produção e consumo. O debate da agenda alimentar global tem cada vez mais atentado para a oportunidade que reside na agroecologia enquanto modelo produtivo capaz de simultaneamente garantir a segurança alimentar, ampliar a agência dos sujeitos, descentralizar o poder nos sistemas alimentares e preservar ou regenerar a agrobiodiversidade - um sistema que permita a diversidade e garantia dos direitos humanos, de forma resiliente e dentro dos limites planetários (10).

## **POLÍTICAS ESTRUTURANTES DA AGENDA FEMINISTA E POLÍTICAS SENSÍVEIS AO RECORTE DE GÊNERO**

A convergência das experiências protagonizadas pelas mulheres, à luz das análises da economia feminista e numa perspectiva de garantia do bem-viver, como apontam Nobre, Faria e Moreno (11), foi capaz de elucidar e distinguir as políticas que são estruturantes da agenda feminista de mudanças na desigualdade entre homens e mulheres, assim como o reconhecimento das sujeitas políticas no que concerne à garantia da produção do viver para a segurança e soberania alimentar e nutricional. No Brasil, a Marcha das Margaridas<sup>5</sup> (12) considera que, para as mulheres, o bem-viver<sup>6</sup> é uma vivência coletiva, integral e harmônica com a natureza e os seus bens comuns, em contraposição à violência de um modelo predatório de desenvolvimento focado na acumulação de riquezas e na exploração. Nesse sentido, políticas e ações no contexto da agenda alimentar, forjadas na luta feminista devem atentar para o enfrentamento à cristalização de papéis de gênero e a possibilidades das mulheres pautarem a agenda política enquanto sujeitas de direito e com acúmulo prático e de experiência.

Por outro lado, e num contexto de transformação gradual das políticas públicas alimentares e da sua qualificação e complexificação, é possível identificar a existência de iniciativas políticas que são sensíveis ao recorte de gênero no seu desenho e implementação, mas que não interrogam ou agem de forma a reverter papéis atribuídos às mulheres pela sociedade de base patriarcal e capitalista. Algumas dessas políticas têm resultado em impactos consideráveis na luta pela segurança alimentar e nutricional e têm uma extrema relevância no debate da transformação dos sistemas alimentares, mas quando analisadas a partir de uma lente feminista latinoamericana e do debate do bem viver e da soberania alimentar, são ainda insuficientes para a resolução e incidência sobre os alicerces que sustentam a desigualdade de gênero, podendo inclusive reforçá-los na sua implementação. Em um contexto de países e localidades em que a sensibilidade ao recorte de gênero já está instalado na estruturação da política alimentar, poderá residir a oportunidade de propor uma reflexão acerca do maior aprofundamento possível no pensar e agir político a partir de um olhar sobre a garantia de direitos das mulheres e o seu papel e função social na produção do viver, ou como afirma Ricardo Abramovay “o combate à fome deve ser entendido como ponto de partida, não como ponto de chegada”<sup>7</sup> no sentido em que a segurança alimentar e nutricional deverá ser qualificada a partir de recortes de justiça social, proteção e regeneração da biodiversidade, e todo um rol de impacto sistêmico provocado pelo modelo alimentar hegemônico.

<sup>5</sup> A marcha das margaridas é um movimento de mulheres que homenageia, no seu nome, a camponesa e sindicalista Margarida Maria Alves, que foi assassinada por defender seu território rural e seu modo de vida. A cada quatro anos, este movimento realiza um processo capilarizado de mobilização das mulheres do campo, das florestas e das águas, promovendo debates em todas as regiões do Brasil, e se reúne para um encontro onde são pautadas as agendas mais relevantes para as mulheres e propostas soluções políticas para endereçar as suas demandas.

<sup>6</sup> O conceito latino-americano de bem-viver surgiu dos sistemas de conhecimento indígena e se concentra em viver de forma sustentável como membro de uma comunidade humana e como parte do mundo natural.

<sup>7</sup> Fala do professor Ricardo Abramovay em evento paralelo do G20, no Rio de Janeiro, em 05/09/2024. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=A0b\\_DNi9w44](https://www.youtube.com/watch?v=A0b_DNi9w44). Acesso em 12 de Setembro de 2024.

# PROTAGONISMO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS ALIMENTARES - EXEMPLOS NACIONAIS E MUNICIPAIS

Para ilustrar as referências e reflexões trazidas anteriormente, trouxemos alguns exemplos de políticas públicas alimentares e iniciativas governamentais desenvolvidas por governos no âmbito nacional e municipal, e que são direcionadas às mulheres. De acordo com nossa proposta, algumas delas podem ser consideradas políticas estruturantes da agenda feminista na medida em que colocam o protagonismo das mulheres em sua execução e se relacionam de forma direta e incisiva com os desafios para a superação da desigualdade de gênero e da invisibilidade dos papéis sociais e das demandas das mulheres. Outras políticas podem ser categorizadas como sensíveis ao recorte de gênero, no sentido em que incidem na garantia da segurança alimentar e nutricional e têm as mulheres como objeto da política, mas não confrontam os papéis de gênero cristalizados socialmente. Ou seja, as primeiras apontam possibilidades de uma qualificação do debate sobre a garantia da soberania alimentar a partir de uma incorporação de um olhar de base feminista, ao passo que as segundas poderão ser fundamentais para a garantia da segurança alimentar e nutricional ainda que não avancem de forma profunda no debate feminista e não interroguem as bases estruturantes de um sistema patriarcal.

## MARCHA DAS MARGARIDAS - RUMO À SOBERANIA ALIMENTAR E AO PROTAGONISMO DAS MULHERES ENQUANTO SUJEITOS DAS POLÍTICAS

Uma experiência exitosa de protagonismo na proposição, reivindicação e execução de políticas públicas alimentares tem sido construída desde há 24 anos pela Marcha das Margaridas, no Brasil. Nos encontros preparatórios e no encontro geral da marcha são diagnosticados os desafios e as experiências dessas mulheres na produção do viver, e elaboradas propostas para serem reivindicadas ao poder público - ora para serem apoiadas com financiamento ou para que sejam efetivamente transformadas em políticas públicas. No ano de 2023, a Marcha mobilizou mais de cem mil mulheres em Brasília - capital do Brasil, onde foram assinados pelo governo federal oito decretos propostos pelo movimento. Quatro destes decretos diziam respeito (i) à criação da comissão nacional de enfrentamento à violência no campo, do (ii) programa nacional de cidadania e bem-viver para mulheres rurais, do (iii) programa direcionado para a juventude rural e do (iv) programa de quintais produtivos para fortalecimento da produção agroecológica feita pelas mulheres e sua comercialização.

Foto: Divulgação/Marcha da Margaridas



Os decretos propostos deram origem a políticas públicas forjadas a partir das demandas experienciadas das mulheres no campo, demonstrando a capacidade de elaboração de políticas orientadas para a garantia do bem viver, da soberania alimentar e do questionamento aos papéis de gênero e às estruturas desiguais entre mulheres e homens na sociedade. Os decretos oriundos da marcha são desenhados a partir do protagonismo feminino e propõem a tomada de ação que fomente a sua autonomia e fortaleça o papel social das mulheres nas suas comunidades, a geração de renda e autonomia financeira, e a diminuição da violência aliada à diminuição da desigualdade. São políticas construídas na base da luta feminista latinoamericana e camponesa, exemplos inequívocos da imensa oportunidade que reside em processos de construção política feita junto com as mulheres. Nesse processo, as mulheres se tornam sujeitas da política, participando do seu desenho, de sua implementação e do seu monitoramento.

### **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - SENSÍVEL AO RECORTE DE GÊNERO, RUMO À GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

O Programa Bolsa Família<sup>8</sup> é uma das iniciativas do Governo Federal mais conhecidas e efetivas como estratégia integrada para mitigar os índices de insegurança alimentar e nutricional. O programa, institucionalizado em 2004, é uma referência nacional e internacional, com um impacto de grande importância na garantia da segurança alimentar e nutricional do país, e com uma visão integrada acerca da correlação entre as políticas de assistência social, a garantia de segurança alimentar, a educação, a saúde pública e a geração de dados para a construção e aprimoramento de políticas públicas baseadas em evidências e dados.

Se articula com outras políticas para o combate à pobreza e, 20 anos depois da sua criação, se demonstrou capaz de mais uma vez ser uma ferramenta fundamental para fazer frente aos altos índices de insegurança alimentar e nutricional em que o Brasil mergulhou nos últimos anos, e que o levou de volta ao mapa da fome mundial.



<sup>8</sup> O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda do governo federal do Brasil, instituído no governo Lula pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003, e convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836

É um programa desenhado a partir de uma perspectiva sensível ao recorte de gênero, na medida em que prioriza as mulheres que são mães e chefes de família, destinando uma quantia em dinheiro proporcional ao número de filhos, e condicionando o repasse à frequência escolar e à vacinação das crianças. Colocar as mulheres como beneficiárias principais do recurso se deve ao fato de serem elas as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças, pela garantia do acesso à comida, à higiene e limpeza da moradia da família, e pelo acompanhamento da saúde das crianças. O recebimento dos valores repassados pelo Bolsa Família é assim feito às mulheres-mães, sendo este ponto considerado um dos mais importantes no seu desenho para a garantia de maior êxito na sua execução, a contento do governo. Ao priorizar as mulheres-mães, se mostra sensível ao recorte de gênero, mas a partir do papel atribuído socialmente às mulheres, o qual o programa não questiona, do cuidado e da responsabilidade reprodutiva. O seu impacto tem efetivamente conduzido o país rumo à garantia do direito humano à alimentação.

### **POLÍTICAS ALIMENTARES URBANAS E GÊNERO - EXEMPLOS NAS CIDADES**

Se no âmbito nacional os governos podem incidir em políticas de base feminista com impacto em todo o território, no âmbito municipal as cidades têm também uma enorme contribuição para garantir a execução dessas políticas e a capacidade de inovar no seu desenho, podendo configurá-las dentro de uma abordagem que coloque as mulheres como protagonistas.

Uma das abordagens que os municípios podem ter é no sentido de fortalecer o debate agroecológico em espaço urbano. Políticas com foco em mulheres produtoras agroecológicas poderão fortalecer as suas práticas enquanto avançam no questionamento aos papéis de gênero cristalizados socialmente. Colocar as mulheres como protagonistas na produção e garantir caminhos para a sua comercialização, impacta diretamente na sua autonomia financeira, com desdobramentos no combate à violência e reconhecendo a sua função social para além do papel de cuidadoras e responsáveis pelo trabalho reprodutivo (que lhes é atribuído socialmente). Aponta para uma política alimentar centrada em direitos - sendo o direito humano à alimentação um entre vários.

Estratégias focadas na produção agroecológica em espaço urbano podem ter diversas configurações e desenhos de políticas municipais. Destacamos algumas experiências exitosas de políticas desenhadas e implementadas por cidades participantes do programa LUPPA<sup>9</sup>, focadas nas mulheres como produtoras de alimentos agroecológicos nos espaços urbanos. São políticas que contribuem para a segurança alimentar e nutricional delas e de suas famílias, assim como a geração de renda advinda da comercialização de parte desta produção. As cidades têm várias possibilidades de incidência nessa agenda, e no caso das cidades participantes do LUPPA, listamos algumas possibilidades implementadas localmente<sup>10</sup>. Existem cidades que (13; 14):

<sup>9</sup> LUPPA - Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares, é um laboratório que facilita a construção de políticas alimentares municipais integradas, participativas e com abordagem sistêmica, coordenado pelo Instituto Comida do Amanhã em parceria com o ICLEI Brasil. Saiba mais em [luppa.comidadoamanha.org](http://luppa.comidadoamanha.org)

<sup>10</sup> Todos os dados sobre as cidades LUPPA apresentados no texto foram extraídos ora da participação das cidades no 3º Laboratório Urbano, ora dos Cadernos LUPPA 1 e 2, que sintetizam o trabalho do LUPPA nas edições 1 e 2. Saiba mais acessando os Cadernos LUPPA 1 e 2 em: <https://luppa.comidadoamanha.org/biblioteca/>

**(i) focam na criação de infra-estrutura para a participação das mulheres dentro e fora das comunidades e territórios onde estas políticas são executadas.** É o caso de cidades como Maracanaú, Ceará, onde a participação das mulheres em feiras é muito incentivada, com destaque para mulheres indígenas que estão fazendo parte deste espaço de comercialização.

**(ii) facilitam o acesso a mecanismos, equipamentos e a insumos para a produção de base agroecológica.** A cidade de Vitória do Mearim, Maranhão, se destaca com relevantes iniciativas relacionadas aos sistemas alimentares protagonizadas por mulheres, seja com ações de preservação do patrimônio genético e de cultura alimentar, como também de incentivo e apoio à agricultura familiar na produção e comercialização de alimentos.

**(iii) apoiam o escoamento da produção agroecológica como prioridade para a compra pública, garantindo a venda dos produtos por parte das mulheres, trazendo-lhes alguma segurança financeira.** O município de Jaguaratama, Ceará, executa programas de produção de alimentos voltados para as mulheres agricultoras e apicultoras, e garante, através dos programas de compras públicas PAA<sup>11</sup> e PNAE<sup>12</sup>, a geração de renda e valorização do trabalho feminino para a produção local de alimentos.

**(iv) capacitam as mulheres, tanto nos conhecimentos técnicos de produção mas também nos instrumentos e exigências legais e burocráticas para que estejam aptas a comercializar a sua produção.** Destacamos aqui o exemplo da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, que dá suporte a uma rede formada por grupos de agricultoras, associações e sociedade civil para a produção de alimentos, fortalecimento de circuitos curtos de comercialização com menos desperdício e menor custo.



Foto: Acervo LUPPA / Juliana Rossini

<sup>11</sup> PAA é o acrônimo de Programa de Aquisição de Alimentos, um programa do governo brasileiro que realiza a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. Disponível em <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>

<sup>12</sup> PNAE é o acrônimo para Programa Nacional de Alimentação Escolar, um programa do governo brasileiro que consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. Disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>

**(v) dão incentivo para que as mulheres se organizem em grupos produtivos e/ou cooperativas, de forma a se fortalecerem enquanto coletivo, ampliando possibilidades de comercialização e apoio mútuo.** O caso de Barcarena, Pará, se destaca pelas políticas públicas alimentares direcionadas às mulheres e ao desenvolvimento circular, com feiras da economia solidária cujos participantes são 70% de mulheres artesãs e da agricultura familiar, posicionando a mulher como principal protagonista no processo de produção e comercialização da agricultura familiar.

**(vi) desenham políticas e/ou programas com um olhar orientado ao combate à violência de gênero, integrando outras dimensões da luta feminista nas políticas locais.** Nesse sentido, a cidade de Sobral, Ceará, criou estruturas para a prevenção e combate à violência contra as mulheres. Na Casa de Proteção da Mulher Cearense, é feita capacitação para desenvolver atividades econômicas, em parceria com o SESC (Serviço Social do Comércio), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e cooperativas.

Essas políticas são um exemplo de como a agenda alimentar urbana pode ser uma possibilidade de emancipação e protagonismo das mulheres, autorizando o questionamento dos papéis historicamente atribuídos a elas, e dando lugar a uma possibilidade de entendê-las como agentes centrais no processo de diagnóstico, desenho, implementação e monitoramento das políticas. São políticas que propõem a garantia de direitos, e avançam no sentido de alcançar a soberania alimentar. As políticas alimentares municipais também deixam claro o papel central que as cidades têm para avançar na garantia de direitos, de forma interconectada e interdependente, demonstrando como o direito à alimentação e o direito das mulheres estão absolutamente conectados e costurados na garantia do direito à participação social e ao seu protagonismo nas decisões políticas.

## REFLEXÃO - POLÍTICAS ALIMENTARES, GOVERNANÇA E GÊNERO

O enquadramento teórico do debate feminista latino americano e da produção do viver, articulado na análise crítica e reflexiva acerca das políticas alimentares, nos leva a constatar que existem abordagens de políticas sensíveis ao gênero e abordagens de políticas forçadas no debate feminista.

As primeiras podem lograr êxito na redução drástica da insegurança alimentar grave e moderada, ainda que não sejam iniciativas de base feminista, tanto no sentido do fortalecimento da autodeterminação das mulheres ou do questionamento dos papéis de gênero estabelecidos socialmente, pois reproduzem estruturas de divisão do trabalho produtivo e reprodutivo inseridas no modelo de sociedade de base patriarcal.

Já as segundas, são resultado do protagonismo das mulheres na conquista de políticas e no questionamento de estruturas que alteram as relações desiguais de gênero,

mostrando que pode-se transformar o mundo quando mudamos a vida das mulheres, e vice-versa.

No contexto latinoamericano, e mais especificamente no cenário brasileiro, a participação das mulheres relacionada a estas conquistas é mediada pela mobilização social e pela sua auto-organização coletiva. O profundo conhecimento das realidades mais complexas de cada território contribui para que o papel das mulheres como agentes no diagnóstico, na criação, implementação e monitoramento das políticas seja imprescindível nos espaços de governança das políticas alimentares.

Quanto aos contextos municipais, há algumas políticas públicas alimentares que lançam mão do protagonismo feminino como uma forma de desconstruir o papel meramente de cuidadoras e as colocam no foco de iniciativas emancipatórias e de empoderamento destas sujeitas na execução das políticas, proporcionando autonomia financeira e fortalecendo a sua participação organizativa, e como sujeitas diretas na governança municipal. São experiências, portanto, estruturantes da igualdade de gênero, e não somente sensíveis. Os impactos positivos destas políticas na vida das mulheres podem ir desde a desconstrução simbólica da desigualdade entre os papéis masculinos e femininos, com relação direta sobre diminuição da violência de gênero, passando pelo fortalecimento da autonomia financeira e da participação social. Para que haja uma maior consolidação destas e de outras iniciativas focadas nas mulheres, é importante considerar as suas demandas e dificuldades específicas, adequando a criação e funcionamento dos mecanismos e ferramentas de governança municipal às especificidades e rotinas de vida das mulheres, garantindo que elas se incorporem nos processos de criação das políticas desde a sua concepção.



Foto: Patrícia Nogueira/Prefeitura de Belo Horizonte

# CONCLUSÕES

Nossa análise indica que existem políticas exitosas que seriam sensíveis ao recorte de gênero, com resultados ímpares na garantia de segurança alimentar e nutricional da população. Ao passo que também existiriam políticas públicas alimentares desenhadas a partir das lutas feministas, alinhadas ao conceito do bem-viver e aos princípios da agroecologia, que desafiaríamos os papéis estabelecidos de gênero e as estruturas de desigualdade histórica entre homens e mulheres.

Propõe-se tal diferenciação analítica como distinção para compreender como diferentes compreensões do papel da agência das mulheres se traduzem em abordagens distintas de políticas públicas, ainda que ambas sejam explicitamente desenhadas com um recorte específico de gênero. O Quadro 1 apresenta uma síntese das características principais identificadas nesta diferenciação entre estas duas categorias. O ensaio não busca categorizar políticas como pertencentes a uma ou outra abordagem, haja vista que as abordagens não são dicotômicas e podem ser certamente coexistentes ou complementares em certos componentes de políticas públicas. Mas sugerimos que pesquisas futuras poderiam utilizar tal distinção como categoria analítica para mais claramente identificar o fator agência nas políticas alimentares com recorte de gênero.

Neste sentido, em nossa análise, ainda que as políticas sensíveis ao recorte de gênero se demonstrem fundamentais para o avanço na garantia da segurança alimentar e nutricional e no direito humano à alimentação saudável e adequada para todas as pessoas, as políticas forjadas pelo debate e pela ação política e prática das mulheres, a partir dos seus lugares e lutas históricas pelo fim da desigualdade de gênero, qualificam o recorte feminista e colocam-nas como sujeitos protagonistas do desenho da política e de sua implementação.



Foto: Helene Santos/Ascom Casa Civil /Ceará

Políticas forjadas a partir de modelos de governança inclusivos, ancoradas em debates de base feminista e agroecológica, e consideradas no contexto das reivindicações dos movimentos sociais e da experiência prática das mulheres, apontam no sentido da garantia da soberania alimentar.

Exemplos de políticas alimentares desenhadas com e a partir das mulheres e de suas mobilizações poderão pavimentar um caminho de questionamento e superação de estruturas e papéis cristalizados na desigualdade de gênero. Poderão apontar a possibilidade de re-equacionar as cargas de cuidado historicamente depositadas nos ombros das mulheres e priorizar o protagonismo destas no desenho de políticas e programas.

Quando se olha o recorte feminista das políticas alimentares em diferentes escalas, compreende-se que, ainda que políticas nacionais possam resultar em impactos muito relevantes ao nível local, cabe aos municípios o papel fundamental na formulação e execução de políticas alimentares incorporando o recorte feminista, que partem do território para o território.

Conclui-se, assim, que o debate feminista latinoamericano ilumina possibilidades <sup>[xvi]</sup> de qualificação do debate público e da política pública alimentar. O Brasil, em particular, tem um histórico de referência na elaboração de políticas alimentares coerentes e com grande impacto, tanto ao nível nacional quanto ao nível local, trazendo não apenas exemplos de políticas sensíveis ao recorte de gênero e orientadas à garantia da segurança alimentar e nutricional, mas políticas construídas a partir da mobilização social de mulheres que materializam o olhar para uma soberania alimentar e nutricional e a superação gradual das desigualdades de gênero estruturantes.

|                                                                | <b>Papel das mulheres na política</b>               | <b>Agência das mulheres</b> | <b>Macro objetivo</b>                        | <b>Papéis de gênero</b>                                             |
|----------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-----------------------------|----------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| <b>POLÍTICAS ALIMENTARES ESTRUTURANTES DA AGENDA FEMINISTA</b> | Mulheres como pensadoras e propositoras da política | Sujeitas da política        | Alcançar a soberania alimentar               | Questiona e desafia os papéis de gênero cristalizados               |
| <b>POLÍTICAS ALIMENTARES SENSÍVEIS AO RECORTE DE GÊNERO</b>    | Mulheres beneficiárias da política                  | Objeto da política          | Garantir a segurança alimentar e nutricional | Mitiga impactos gerados a partir dos papéis de gênero estabelecidos |

**Tabela 1** - Síntese das características principais identificadas: políticas alimentares sensíveis ao recorte de gênero e políticas alimentares estruturantes da agenda feminista.

## Referências

1. REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Pesquisa VIGISAN de 2022**. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br>> Acesso em 13.09.2024
2. GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1ª edição. Rio de Janeiro. Zahar, 2020.
3. QUINTELA, Sandra. **Economia Feminista e Economia Solidária: sinais de outra economia**. 1ª edição. Rio de Janeiro. PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. 2006; p. 10-17.
4. SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/602416-ecofeminismo-artigo-de-vandana-shiva>> Acesso em 09.09.2024.
5. GUZMÁN ARROYO, Adriana; PAREDES, Julieta. Descolonizar la memoria. In: \_\_\_\_\_. El tejido de la rebeldía: ¿Que es el feminismo comunitario?. La Paz, Bolivia: Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2014.
6. LA VÍA CAMPESINA. What is Food Sovereignty ?. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/what-is-food-sovereignty/>> Acesso em 14.09.2024.
7. ONU. Relatório do SOFI 2023. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/items/18143951-4b0a-46d6-860b-0f8908745da1>> Acesso em 03.09.2024.
8. BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuaria.html#:~:text=Os%20resultados%20do%20Censo%20Agropecu%C3%A1rio,%2C%20%C3%A9%20o%20ano%2Dsafr>>. Acesso em 09.09.2024.
9. ALTIERI, Miguel (2012). Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª edição. São Paulo, Expressão Popular. 2012, p.103 – 110.
10. IPES-Food & ETC Group, 2021. A Long Food Movement: Transforming Food Systems by 2045. Disponível em: <[https://www.ipes-food.org/\\_img/upload/files/LongFoodMovementEN.pdf](https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/LongFoodMovementEN.pdf)> Acesso em 15.09.2024
11. NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; MORENO, Tica. Cultivar a Vida em Movimento: experiências de economia feminista na América Latina. 1ª edição. São Paulo, SOF. 2020; p. 7 – 16.
12. Marcha das Margaridas. Apresentação e Lema Marcha das Margaridas 2023. Disponível em: <<https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=NzM=>> Acesso em 09.09.2024

13. COMIDA DO AMANHÃ (2022). Cadernos LUPPA. Aprendizados do 1º LAB. Junho 2022. Disponível em: <[https://luppa.comidadoamanha.org/wp-content/uploads/2024/01/biblioteca\\_item-14\\_cadernos-luppa-primeiro-lab.pdf](https://luppa.comidadoamanha.org/wp-content/uploads/2024/01/biblioteca_item-14_cadernos-luppa-primeiro-lab.pdf)> Acesso em 16.09.2024

14. COMIDA DO AMANHÃ (2023). Cadernos LUPPA. Aprendizados do 2º LAB. Junho 2023. Disponível em: <[https://luppa.comidadoamanha.org/wp-content/uploads/2024/01/biblioteca\\_item-20\\_cadernos-luppa-aprendizados-segundo-lab.pdf](https://luppa.comidadoamanha.org/wp-content/uploads/2024/01/biblioteca_item-20_cadernos-luppa-aprendizados-segundo-lab.pdf)> Acesso em 16.09.2024

15. IBGE (Ed.). (2021). Atlas do espaço rural brasileiro (2.a ed.). Ibge. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>>. Acesso em 19.11.2024

16. CONTAG. (2024). Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2024 (3). Disponível em: <<https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/18459-2234957-anua%CC%81rio-agricultura-2024.pdf>>. Acesso em 19.11.2024



Esse artigo foi produzido em outubro de 2024, a convite da TMG Think Thank - programa Urban Food Futures - no contexto do 52º encontro do Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CFS 52), como contribuição para o debate no evento paralelo *"Uncovering the invisible: a feminist call for urban food system transformation (Descobrendo o invisível: um apelo feminista à transformação do sistema alimentar urbano)"*.

**Como citar (ABNT):**

ROCHA, M. G. DA; MEDEIROS, T.; ZANELLA, M. A. **Perspectivas críticas sobre governança e sistemas de proteção social: Lições feministas dos sistemas alimentares urbanos do Brasil**. Instituto Comida do Amanhã; TMG - Think Tank for Sustainability, out. 2024.